

UMA ANÁLISE TEÓRICO-DOCUMENTAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

BIANCA FERNANDES PEREIRA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

bianca.pereira.udesc.t5@gmail.com

CLÉIA DEMÉTRIO PEREIRA

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

cleia.pereira@udesc.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

A análise das políticas públicas voltadas à Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva evidencia um campo marcado por tensões entre a normatização legal e sua efetivação no cotidiano escolar. No contexto brasileiro, documentos orientadores, como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Brasil, 2008) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), constituem marcos relevantes na organização de diretrizes inclusivas. Entretanto, persistem questionamentos acerca de sua materialização nas práticas pedagógicas e nas experiências escolares de estudantes com deficiência.

Este estudo busca compreender como essas políticas são formuladas e em que medida seus pressupostos se articulam, ou se distanciam, da prática docente e das vivências escolares. Parte-se do entendimento de que os documentos normativos não são neutros, mas produzidos em contextos históricos e políticos específicos. Nessa direção, adota-se a perspectiva de Evangelista (2012), que enfatiza a necessidade de análise crítica das políticas educacionais, considerando suas intencionalidades e condicionantes sociopolíticos.

A discussão fundamenta-se, ainda, na análise da relação entre a PNEEPEI (Brasil, 2008) e a BNCC (Brasil, 2017), considerando as contribuições de Ferreira, Moreira e Volsi (2020), que problematizam a presença, ou o silenciamento, da educação especial nesse documento curricular e suas implicações para a consolidação da educação inclusiva. Soma-se a isso a reflexão de Pavezi e Mainardes (2018), ao evidenciar a influência de organismos internacionais, como UNESCO e ONU, na formulação das políticas educacionais brasileiras, especialmente no período de 1990 a 2015.



Por fim, com base em Ross (2002), analisa-se como as transformações do Estado, sob a influência de perspectivas liberais e neoliberais, incidem sobre as políticas de educação especial e sobre o próprio projeto de educação inclusiva na América Latina. Assim, problematiza-se como essas políticas têm promovido, de fato, condições para uma inclusão escolar efetiva ou se permanecem no plano normativo, distanciadas da realidade das escolas.

DESENVOLVIMENTO

As produções analisadas possibilitam uma compreensão crítica das políticas educacionais como produções historicamente situadas, atravessadas por disputas de ordem política, econômica e ideológica. Nessa direção, Evangelista (2012) ressalta que a análise de documentos oficiais requer atenção às suas intencionalidades e às dimensões de subjetividade que os constituem, evidenciando que tais normativas não são neutras, mas expressam projetos de sociedade. Assim, ao mesmo tempo em que enunciam princípios de equidade, podem também reproduzir ou reconfigurar desigualdades, sobretudo quando orientadas por interesses restritos ou por racionalidades hegemônicas. A autora destaca, ainda, que esses documentos projetam ideais de transformação social; contudo, cabe ao pesquisador tensionar seus silêncios e contradições, buscando uma leitura que ultrapasse o plano prescritivo e alcance sua materialidade histórica (Evangelista, 2012).

Em consonância com essa perspectiva, Ferreira, Moreira e Volsi (2020) problematizam a BNCC (2017), evidenciando o silenciamento da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva em seu processo de elaboração. As autoras apontam a ausência de participação efetiva de entidades e movimentos vinculados à área, o que fragiliza a legitimidade democrática do documento e produz uma aparência de consenso que obscurece seu caráter político. Essa ausência pode comprometer a incorporação das demandas concretas dos sujeitos diretamente implicados nas políticas, limitando sua potência transformadora.

Nesse contexto, a BNCC (2017), ao estruturar-se a partir da padronização curricular, da centralidade nas competências e do foco avaliativo, tende a operar em descompasso com os princípios da educação inclusiva. A ênfase na homogeneização dos processos de ensino e aprendizagem dificulta o reconhecimento das singularidades dos



estudantes com deficiência, reforçando mecanismos de exclusão. Como destacam Ferreira, Moreira e Volsi (2020), a desconsideração das especificidades desses sujeitos implica sua constante inadequação aos parâmetros estabelecidos, aprofundando desigualdades educacionais.

A análise de Pavezi e Mainardes (2018) amplia essa discussão ao evidenciar a influência de organismos internacionais na formulação das políticas de educação especial no Brasil, entre 1990 e 2015. A partir da Abordagem do Ciclo de Políticas, inferimos que diferentes atores disputam sentidos nos processos de produção, interpretação e implementação das políticas (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball; Mainardes, 2006). Documentos como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) exerceram papel relevante na indução de diretrizes inclusivas. Contudo, a análise também revela limites ao não problematizar, de forma mais aprofundada, a capacidade dessas influências em enfrentar desigualdades estruturais históricas do contexto brasileiro.

Ademais, a relação entre interesses públicos e privados emerge como elemento central, embora ainda pouco tensionado. As contradições decorrentes da multiplicidade de influências que incidem sobre as políticas educacionais podem tanto ampliar possibilidades quanto gerar fragmentações e incoerências, impactando diretamente sua efetivação no cotidiano escolar.

Por fim, Ross (2002) contribui ao analisar os efeitos do neoliberalismo sobre a educação especial, destacando a redução do papel do Estado e a crescente incorporação de lógicas de mercado nas políticas públicas. Nesse cenário, a participação dos sujeitos da educação especial permanece limitada, o que enfraquece a dimensão democrática das políticas inclusivas. Essa configuração tensiona o papel da escola, que, ao invés de se afirmar como espaço de transformação social, pode reproduzir desigualdades. Em diálogo com Paulo Freire, o autor reforça a necessidade de uma educação comprometida com a formação crítica, capaz de reconhecer estudantes com deficiência como sujeitos históricos e políticos, cujas vozes devem ser centrais na construção de práticas e políticas educacionais inclusivas.

CONCLUSÕES



As análises realizadas evidenciam que as políticas públicas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, embora apresentem avanços significativos no plano normativo e discursivo, ainda encontram limites expressivos em sua materialização no cotidiano escolar. Os referenciais teóricos corroboram ao demonstrar que os documentos orientadores das políticas educacionais são produzidos em contextos permeados por disputas históricas, políticas e econômicas, que condicionam tanto suas intencionalidades quanto seus alcances.

Observamos, contudo, na BNCC (Brasil, 2017) um tensionamento entre a retórica da diversidade e os mecanismos de padronização que estruturam o documento. Essa contradição tende a reforçar desigualdades ao desconsiderar a complexidade dos processos de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial, sobretudo quando privilegia referenciais homogêneos de aprendizagem e avaliação.

Dessa forma, compreender as lacunas, contradições e disputas que atravessam as políticas públicas constitui condição fundamental para o avanço de práticas educacionais inclusivas mais consistentes. Este movimento implica não apenas a revisão crítica dos marcos normativos, mas também o fortalecimento de processos formativos, participativos e contextualizados, que reconheçam a diversidade como elemento constitutivo da educação e possibilitem a construção de estratégias pedagógicas comprometidas com a aprendizagem de todos os estudantes, sem a imposição de padrões homogeneizadores.

REFERÊNCIAS

- BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. Políticas educacionais: questões e dilemas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 11, n. 32, p. 19–32, jan./abr. 2006.
- BOWE, Richard; BALL, Stephen J.; GOLD, Anne. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.
- BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
- EVANGELISTA, O. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: Ronaldo M. L. Araujo; Doriedson S. Rodrigues. (Org.). **A pesquisa em trabalho, educação e políticas educacionais**. 1ed. Campinas-SP: Alínea, 2012, v. 1, p. 52-71.



FERREIRA, Gesilaine Mucio; MOREIRA, Jani Alves da Silva; VOLSI, Maria Eunice França. Políticas de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil: em discussão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Inclusiones**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 10–34, 2020. Disponível em: <https://revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/22>. Acesso em: 23 nov. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Nova Iorque, 2006.

PAVEZI, Marilza; MAINARDES, Jefferson. Análise das influências de documentos internacionais na Legislação e Políticas de Educação Especial no Brasil (1990-2015). **Revista Interações**, [S. l.], v. 14, n. 49, p. 153–172, 2018. DOI: 10.25755/int.16161. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/16161>. Acesso em: 22 nov. 2025.

ROSS, Paulo Ricardo. Estado e educação: implicações do liberalismo sobre a constituição da educação especial e inclusiva. **Educar em Revista**, [S. l.], v. 18, n. 19, p. p. 217–227, 2002. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2091>. Acesso em: 23 nov. 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.

